

## A Educação Escolar Quilombola na Amazônia

Laura Belém Pereira<sup>i</sup>

Hellen Cristina Picanço Simas<sup>ii</sup>

### Resumo

Este artigo se propõe a levantar uma discussão teórica em torno da Educação Escolar Quilombola na Amazônia, objetivando uma reflexão sobre a presença negra na Amazônia, considerando sua história de lutas e conquistas e mais especificamente sobre o processo educacional desse coletivo historicamente marginalizado nessa região onde ainda há poucos estudos a respeito dessa questão. A pesquisa é bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, sendo o *corpus* de estudo formado por dados extraídos das Secretarias de Educação dos municípios do Amazonas em que há comunidade quilombola. Concluímos que, embora existam leis que beneficiem a Educação Quilombola na Educação Básica, ainda resta um longo caminho a percorrer para que se possa de fato implementar um currículo que ofereça uma educação diferenciada, que fortaleça a identidade quilombola.

**Palavras-chave:** educação; quilombolas; Amazônia.

### *Quilombola School Education in the Amazon*

### *Abstract*

*This article proposes to raise a theoretical discussion around Quilombola School Education in the Amazon, aiming at a reflection on the black presence in the Amazon, considering its history of struggles and achievements and more specifically on the educational process of this historically marginalized collective in this region where there are still few studies on this issue. The research is bibliographic and documentary, with a qualitative approach, and the study corpus is formed by data extracted from the Education Secretariat of the municipalities of Amazonas where there is a quilombola community. We conclude that, although laws that benefit Quilombola Education in Basic Education already exist, there is still a long way to go before we can actually implement a curriculum that offers a differentiated education that strengthens Quilombola identity.*

**Keywords:** education; quilombolas; Amazon.

<sup>i</sup> Mestra em Educação Pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam (2021). Professora da Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino, é membro do Núcleo de Estudos de Linguagem da Amazônia-NELAMAZÔNIA/CNPQ. Atualmente, atua como professora da rede estadual de ensino na E.E.T.I. Danilo de Mattos Areosa no município de Novo Airão/AM. E-mail: [laura\\_belém@outlook.com](mailto:laura_belém@outlook.com) – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5830-0255>.

<sup>ii</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (2013); Pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2018); Pós-doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade do Norte de Tocantins (2022). Professora Associada II da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEAM/2023-2025). E-mail: [hellenpicanco@ufam.edu.br](mailto:hellenpicanco@ufam.edu.br) – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9637-6587>.

## *Educación Escolar Quilombola en la Amazonía*

### *Resumen*

*Este artículo propone plantear una discusión teórica sobre la educación escolar de Quilombola en la Amazonía, con el objetivo de reflexionar sobre la presencia negra en la Amazonía, considerando su historia de luchas y logros y más específicamente sobre el proceso educativo de este colectivo históricamente marginado en esta región. donde todavía hay pocos estudios sobre este tema. La investigación es bibliográfica y documental, con un enfoque cualitativo, y el corpus de estudio está formado por datos extraídos de la Secretaría de Educación de los municipios de Amazonas donde hay una comunidad quilombola. Llegamos a la conclusión de que, aunque las leyes que benefician a la Educación de Quilombola en la Educación Básica ya existen, aún queda un largo camino por recorrer antes de que podamos implementar un plan de estudios que ofrezca una educación diferenciada que fortalezca la identidad de Quilombola.*

**Palabras clave:** *educación; quilombolas; Amazonas.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O artigo oportuniza uma reflexão sobre a Educação Escolar Quilombola no contexto amazônico, destacando a necessidade da construção de um currículo que valorize a identidade e os saberes tradicionais afro-brasileiros, como forma de fortalecimento da cultura quilombola, tentando, dessa forma, minimizar as marcas da desigualdade social e da exclusão educacional impostas à população negra ao longo dos séculos.

Os procedimentos metodológicos deste estudo estão ancorados em uma revisão sistemática de literatura realizada em fontes como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Plataforma SciELO, *site* da Fundação Palmares, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Projeto Nova Cartografia da Amazônia. Essa revisão subsidiou informações acerca da Educação Escolar Quilombola na Amazônia, destacando a presença negra na ocupação da região e o número de comunidades descendentes de quilombolas identificadas e reconhecidas na atualidade pela Fundação Palmares. Outrossim, foi efetuada uma pesquisa documental nas Secretarias de Educação Municipal de cidades do Amazonas que possuem quilombos, sendo selecionados documentos para estudo, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012, p. 27).

A literatura ajuda a tecer reflexões teóricas sobre a visão dos autores em torno da construção de um currículo baseado no respeito identitário e nos saberes tradicionais quilombolas. Para abordar o tema, dividimos o estudo nos seguintes tópicos: primeiro,

*Quilombos na Amazônia*, em que fizemos o levantamento do quantitativo de comunidades reconhecidas e tituladas pela Fundação Palmares na região que corresponde à Amazônia Legal; segundo, *Educação Escolar Quilombola no Amazonas*, em que tratamos das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, assim como da necessidade da construção de um currículo em interface com os saberes tradicionais quilombolas; terceiro, *Desafios da Educação Quilombola na Amazônia*, em que cuidamos do acesso às políticas públicas, da fragmentação na formação inicial dos docentes, da ausência de estrutura física adequada e da falta de materiais pedagógicos nas escolas quilombolas; por fim, apresentamos as considerações finais.

## 2 QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA

A palavra “quilombo” vem da língua bantu e designa um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais precisamente entre Angola e a atual República do Congo. No Brasil escravista, a palavra era usada para se referir a comunidades organizadas por escravos negros fugitivos, mas que também abrigavam índios pobres e brancos. Um dos quilombos mais conhecidos é o de Palmares, localizado no interior de Alagoas, em local de difícil acesso. Foi formado por volta de 1595, ocupando uma área equivalente a um terço de Portugal, com cerca de 30.000 pessoas, liderado por Zumbi dos Palmares. Além das casas, tinham oficinas, olarias, templos religiosos, plantações e um conselho político e de defesa (Sampaio, 2011).

Os quilombos eram sociedades organizadas que plantavam o que precisavam para se alimentar, tinham uma hierarquia e eram livres para manifestar suas crenças e cultura. Foi somente com a Constituição de 1988 que o governo brasileiro reconheceu a legitimidade das comunidades remanescentes de quilombolas e abriu espaço legal para que elas lutassem pela posse coletiva de suas terras. Atualmente, existem cerca de 1.436 comunidades quilombolas, que abrigam cerca de 1,3 milhão de brasileiros, segundo dados recentes da Fundação Palmares (Sampaio, 2011).

A região amazônica possui uma diversidade de culturas e de riquezas naturais em toda a sua área territorial, que somente há pouco tempo começou a ser desvelada, por isso existem

pouquíssimos trabalhos científicos explorando sua vasta sociobiodiversidade, principalmente no que diz respeito à presença negra na Amazônia, principiada pela hegemonia de dominação e subserviência de suas liberdades identitárias. Em uma perspectiva naturalista e mitológica, a Amazônia foi “inventada” e denominada pelos primeiros cronistas como “Inferno Verde”, “El Dourado”, “Jardim do Éden”, entre outras denominações que apontam para características genuínas de um paraíso selvagem (Godin, 2007). A grande diversidade antrópica, riquezas naturais e grandiosa biodiversidade fizeram da região um palco de diferentes interesses, abordagens e estudos até os dias atuais.

Nesse sentido, Pinto (2010) argumenta que a Amazônia, paralelamente a suas utopias e contrautopias, é uma região, ou ainda mundo e espaço cercados por ideologias, que vão das ideologias do inferno verde, do clima arrasador, da geografia desencorajadora, até as ideologias pós-modernas do depósito terrestre de carbono, das reservas de água, da biodiversidade, da destruição e da preservação, do vazio e das fronteiras. No bojo desse território encontra-se o homem amazônico, que são indígenas, mestiços, quilombolas, pescadores, pequenos agricultores, povos da floresta e ribeirinhos, cujos modos de vida, costumes, hábitos, valores, práticas sociais, culturais e educacionais diferenciam-se entre si.

Admitindo que, no denso complexo da Amazônia, as transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e educacionais só podem ser compreendidas a partir de estudos de seus agentes sociais, uma das preocupações atuais de pesquisadores locais tem sido com relação à educação escolar para os povos do campo, das águas e da floresta, entre os quais destacamos os quilombolas. Trata-se, segundo a Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012, “de grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica” (Brasil, 2012, art. 3.º, inciso I).

Um povo que traz em sua trajetória histórica um passado opressor, marcada por inúmeros conflitos e várias formas de resistências ao sistema escravocrata imposto pelos colonizadores, o qual só teve fim após a abolição da escravatura no século XVIII. A escravidão dos negros africanos foi intensa em todo o território brasileiro, mas,

Quando se trata de escravidão na Amazônia, o mais comum é iniciar com uma ressalva. A maioria dos trabalhos assegura que o uso da escravidão foi pouco significativo para na economia da região amazônica do século XVII e primeira metade do século XVIII. [...] é preciso considerar o próprio sistema

econômico da região onde predominava a ocupação através de uma população branca reduzida e uma importante carência de capitais, agregando-se ainda a existência de uma abundante população indígena passível e engajamento na produção através de formas de trabalho compulsório (Sampaio, 2011, p. 15).

Desse modo, a presença dos negros na Amazônia tem pouca visibilidade, quase não se ouve falar da contribuição da mão de obra escrava africana para o crescimento e o desenvolvimento da região, “os discursos da época ratificavam a imagem de que a Amazônia era uma terra distante e com pouco potencial para o negócio agroexportador e sem grandes demandas para o trabalho cativo africanos” (Lopes; Medeiros; Soares, 2015, p. 1281).

Entretanto, ao contrário do que descrevem intérpretes e os colonizadores europeus, os negros chegaram à Amazônia ainda no século XVII. Acerca desse assunto, Farias Junior (2011, *apud* Sampaio, 2011, p. 131) destaca:

Na Amazônia, a presença negra e a história da escravidão foram ignoradas por muito tempo, pode até mesmo ser dito, negada. Podemos dizer que para alguns “intérpretes da Amazônia,” esta seria uma história menor. Reduzida, por exemplo ao folclorismo estéril de Mario Ypiranga Monteiro. Tais intérpretes erroneamente insistem em quantidade, como justificativa para a relevância social.

A necessidade de aquisição da mão de obra de negros africanos cresceu na região nesse período, na medida em que se desenvolvia o comércio de extração da borracha e os colonos religiosos disputavam entre si a escravidão indígena. Por muitos séculos, os negros foram obrigados a deixar de lado seus costumes, tradições e religiões, forçados a seguir modos de vida que não eram seus, mas de pessoas que se julgavam superiores, privando-os de direitos básicos e necessários, como a liberdade, a saúde e a educação.

Assim, os quilombos foram surgindo na região amazônica após a fuga dos negros para locais distantes e isolados na floresta, onde somavam-se a outros negros, indígenas, mestiços e homens brancos pobres. O difícil acesso a esses lugares era fundamental para a garantia da sobrevivência do grupo. Os acampamentos, que eram locais de refúgio para escravos fugidos, no período da colonização, hoje se constituem por grupos que vêm lutando para firmar sua cultura e manter vivos suas memórias, seus costumes, saberes e tradições, em meio a uma sociedade extremamente preconceituosa, que, apesar de decorrido muito tempo da abolição da escravatura, ainda vê a cultura quilombola como inferior.

As comunidades quilombolas estão distribuídas por todo o território brasileiro. Somente na região que corresponde à Amazônia legal existem cerca de 1.570 comunidades quilombolas identificadas, porém somente 1.166 são oficialmente reconhecidas e tituladas pela Fundação Palmares,<sup>1</sup> conforme o órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Governo Federal, como revela a Tabela 1:

**Tabela 1** - Comunidades Quilombolas, segundo a região geográfica da Amazônia Legal

Região Geográfica	Número comunidades Quilombolas Amazônia legal	
	Identificada	Reconhecidas
<i>Amapá</i>	44	40
<i>Amazonas</i>	8	8
<i>Tocantins</i>	45	38
<i>Acre</i>	-	-
<i>Rondônia</i>	8	8
<i>Roraima</i>	-	-
<i>Pará</i>	261	203
<i>Maranhão</i>	816	568
<i>Mato Grosso</i>	388	71
<b>Total</b>	<b>1.570</b>	<b>936</b>

Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras com base nos dados do *site* oficial da Fundação Palmares (2020).

No que concerne ao estado do Amazonas, a primeira comunidade negra a ser titulada e reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares foi o quilombo do Tambor, em 2016, localizado dentro do Rio Jaú, no Município de Novo Airão. Área ocupada pelos negros ainda no século XVII e demarcada pelos órgãos de proteção ambiental como reserva ecológica do Parque Nacional do Jaú (Parna Jaú) em 24 de setembro de 1980, pelo Decreto n.º 85.200, com área total de 2.272.00 hectares.

O processo de criação do decreto pela política ambiental tinha como objetivo a preservação e a proteção integral da natureza no Rio Jaú, porém “esse processo crescente resultou não apenas num rearranjo da gestão territorial nesse município, mas também impactou

sobremaneira a incipiente e enfraquecida economia local, retocando ainda mais as precariedades das condições de vida de seus habitantes” (SIQUEIRA, 2017, p.192).

Desde a demarcação da área territorial que corresponde ao Parque Nacional do Jaú, estabeleceu-se uma luta constante pelo direito à terra entre os quilombolas que residem às margens do Rio Jaú e os órgãos de proteção ambiental, pois a instalação das bases de fiscalização dentro do Parque, em 1985, cujos responsáveis eram o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e, posteriormente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), intensificaram as restrições e as proibições quanto à pesca, à caça e à agricultura de pequeno porte naquela região.

Com a presença dos órgãos de proteção ambiental e as fiscalizações na foz do Rio Jaú, tornou-se cada vez mais difícil sobreviver dentro do parque, por isso muitas famílias quilombolas foram obrigadas a deixar suas residências, migrando para outras localidades, buscando outros meios de sobrevivência que não a caça, a pesca e agricultura de pequeno porte.

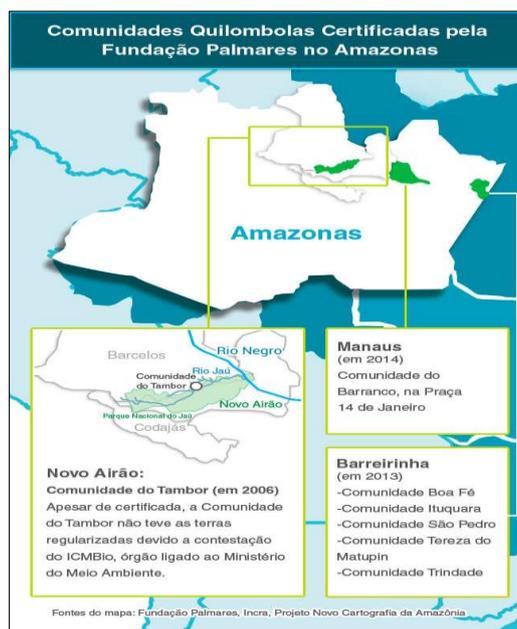
Em 2013, outras cinco comunidades foram reconhecidas e tituladas pela Fundação Palmares, sendo pertencentes ao município de Barreirinha, a 331 quilômetros de Manaus-AM. Conforme a Portaria n.º 176, de outubro de 2013, o Governo Federal tituló as comunidades de Boa Fé, Ituaquara, São Pedro, Tereza do Matupiri e Trindade. Todas as comunidades situam-se à margem direita do Rio Andirá, na região do baixo Amazonas, onde vivem aproximadamente 227 famílias, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação dos citados municípios. Os quilombolas têm como meios de sobrevivência a caça, a pesca, a fabricação de artesanatos, o extrativismo e a agricultura de pequeno porte.

O único quilombo urbano que recebeu o título definitivo de propriedade no Amazonas é o quilombo São Benedito do Barranco, que está localizado no bairro da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus-AM, onde vivem atualmente 15 famílias quilombolas. Apesar de a titulação datar do ano de 2015, a comunidade nasceu em 1890 com a chegada da negra alforriada Maria Severa. Convém ressaltar que, conforme dados do Incra, o quilombo urbano do Barranco é um dos mais antigos do Brasil. Historicamente, segundo Freitas (1973), o quilombo de Palmares (PE) foi o primeiro quilombo reconhecido, fundado em 1597.

Em 2015, outra comunidade recebeu o título definitivo de propriedade pela Fundação Palmares em nossa região, a comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago da Serpa,

localizada a 8 quilômetros de Itacoatiara e a 272 quilômetros de Manaus-AM. Residem na comunidade cerca de 150 famílias (Readler, 2022, p. 1). Os moradores dessa comunidade sobrevivem do extrativismo vegetal, agricultura familiar e criações de animais.

De acordo com a Fundação Palmares, conforme o mapa a seguir, até o ano de 2014, havia apenas sete comunidades reconhecidas e tituladas no Estado do Amazonas.



**Figura 1** - Comunidades Quilombolas Certificadas pela Fundação Palmares no Amazonas  
Fonte: Fundação Palmares, Inbra, Projeto Novo Cartografia da Amazônia (2013).

A partir do reconhecimento pelo Governo Federal, por meio da Fundação Palmares, as comunidades quilombolas assumem um novo significado e passam a ter acesso à regularização fundiária do Inbra e às políticas públicas, que garantem a esses povos os direitos a reparar as marcas históricas das desigualdades deixadas pelo sistema escravista. A titulação e o reconhecimento dos quilombos permitem aos negros uma organização social, que une passado e presente, trazendo às comunidades esperanças de um futuro promissor, em que possam contar com uma demanda de políticas públicas específicas capazes de reparar as injustiças historicamente acumuladas ao longo do tempo. Outro direito adquirido pelos quilombolas foi o acesso à educação escolar diferenciada, a qual passaremos a tratar a seguir.

### 3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Na atualidade, as discussões produzidas no cenário educacional brasileiro sobre as populações tradicionais quilombolas têm sido cada vez mais amplas, tendo em vista a necessidade de reconhecer a Educação Escolar Quilombola como uma política afirmativa.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino recente no âmbito da Educação Básica, visto que, a resolução n.º 08 de 20 de novembro de 2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, portanto, trata-se de uma política pública em construção, de uma política pública cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente ausentes no currículo escolar (Soares, 2016, p. 1).

É importante evidenciarmos a necessidade da construção de um currículo baseado no respeito identitário e no reconhecimento dos saberes tradicionais quilombolas, superando as marcas das desigualdades no tratamento dado aos conteúdos escolares referentes à cultura negra e à exclusão educacional dos quilombolas desde o período da escravidão.

A Educação Escolar Quilombola deve ser construída, visando a reparação aos danos causados pelas injustiças históricas deixadas pelos colonizadores. Santos (1999, p. 147-157) destaca que:

Eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, [...] e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado.

Assim, a construção e a implementação de um currículo voltado especificamente para as escolas quilombolas são uma maneira de reconhecer e de compensar a invisibilidade histórica dos quilombolas, que sempre foram excluídos pela sociedade e suas demandas ficaram fora das pautas das discussões de projetos educacionais brasileiros.

A luta dos movimentos sociais e do movimento negro não é somente por direitos ao acesso a uma educação que respeite a identidade e os saberes tradicionais quilombolas, mas também pela permanência dos negros na escola, uma vez que grande parte das escolas fica fora do núcleo comunitário, sendo necessário o deslocamento dos quilombolas para municípios vizinhos para que eles possam dar continuidade a sua formação escolar, situação que contribui para o abandono escolar, pois muitos jovens não se adaptam à vida longe da família.

Embora saibamos que o ambiente escolar é detentor de diversas áreas do conhecimento, as escolas nem sempre estão preparadas para atender os desafios de oferecer uma educação, que respeite a identidade e as diferenças étnico-raciais existentes em nossa região. A escola

Não se prepara para receber ou mesmo lidar com as mudanças sociais ou com as demandas emergentes; antes disso, são elas que vão se impondo e exigindo outras posturas pedagógicas, outras formas de olhar e dizer sobre povos e culturas secularmente ausentes das pautas curriculares (Soares, 2016, p. 2).

A Lei n.º 12.288/2010, que institui o Estatuto de Igualdade Racial, e a Lei n.º 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e a Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), presentes na Resolução CNE/CEB n.º 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, não têm chegado aos quilombos da região amazônica em sua totalidade. Em virtude do descaso do poder público, muitas escolas encontram-se em situação de abandono, não dispoem de estruturas físicas adequadas ou energia elétrica, fazendo com que o ensino na escola do quilombo ocorra num ritmo desigual quando comparado ao ensino ofertado nas escolas da cidade.

Queiroz (2017) assinala a relevância dos debates e das lutas dos quilombolas para fazer valer seus direitos a uma educação adequada a suas especificidades, tornando-os sujeitos do campo e construtores de sua própria história. Assim, problematizar as reais condições que levam os seus descendentes a deixarem suas raízes, suas terras e a buscarem novas oportunidades na cidade é fator preponderante para o desvelamento dessa lógica predatória do capitalismo que nega a identidade do campesinato, contra a política de educação do campo emancipatório. Os quilombolas estão inseridos nessa realidade por serem sujeitos do campo, com características e formas próprias de preservação de sua cultura, hoje bastante presentes e necessárias.

Não há valorização do profissional de educação, pois, segundo informações fornecidas pelas Secretarias Municipais de Educação, profissionais graduados se recusam a trabalhar em algumas comunidades quilombolas em razão das situações precárias de moradia, baixos salários e condições de trabalho inadequadas. Desse modo, as Secretarias de Educação acabam contratando profissionais sem formação pedagógica para atuarem nas escolas do quilombo.

Além do descaso do poder público, o fato de algumas comunidades quilombolas encontrarem-se em áreas isoladas e de difícil acesso tem dificultado a chegada de materiais pedagógicos básicos e necessários para o processo de ensino-aprendizagem e a efetivação de acesso às políticas públicas voltadas aos povos quilombolas.

Diante dessa perspectiva educacional, apresentamos na Tabela 2 a pesquisa realizada nas Secretarias Municipais de Educação do estado do Amazonas para obtermos dados sobre as escolas das oito Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQs). Identificamos as escolas dentro do núcleo comunitário dos sete quilombos rurais, localizados nos municípios de Barreirinha, Itacoatiara e Novo Airão:

**Tabela 2** - Escolas localizadas em Quilombos do Amazonas

<b>ESCOLA</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
<i>Escola Municipal Santa Tereza</i>	Santa Tereza do Matupiri	Barreirinha
<i>Escola Municipal Dídaco Sampaio</i>	Itaquara	Barreirinha
<i>Escola Municipal São Pedro</i>	São Pedro do Andirá	Barreirinha
<i>Escola Municipal Boa Fé</i>	Boa Fé	Barreirinha
<i>Escola Municipal João Batista de Freitas</i>	Trindade	Barreirinha
<i>Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo</i>	Sagrado Coração de Jesus	Itacoatiara
<i>Escola Municipal Jaú Tambor</i>	Tambor	Novo Airão

Fonte: Elaborada pelas pesquisadoras com base nos dados das Secretarias Municipais de Educação (2019).

As escolas localizadas no núcleo comunitário dos quilombos do Amazonas não são registradas pelo Ministério da Educação como escolas quilombolas, porém, conforme o artigo 9.º da Resolução CNE/CEB n.º 8, de 20 de novembro de 2012, em seu parágrafo único: “Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola” (Brasil, 2012). Assim, todas as escolas localizadas em território quilombola, conforme rege a Constituição, são consideradas quilombolas pelo Ministério da Educação.

Conforme Queiroz (2017), tal resolução é relevante para a compreensão dos modos de vida diferenciados dos povos quilombolas e na formação de seus próprios territórios como formas de resistência à exclusão que sempre enfrentaram e para o fortalecimento de sua

identidade quilombola. Portanto, na medida em que o ser social é construído, ele se constitui em duas extremidades – subjetivas e objetivas – que determinam suas ações. Dessa maneira, a Educação Escolar Quilombola torna-se um instrumento de luta dos movimentos sociais, sejam eles movimentos quilombolas ou não.

Nas escolas investigadas, o corpo docente é formado por profissionais oriundos de outras culturas, e somente cinco profissionais se autodeclararam quilombolas: uma coordenadora que atua na Escola municipal São Pedro do Andirá-Barreirinha, uma professora na Escola do Dídaco Sampaio, localizada no quilombo de Ituquara-Barreirinha, e três na Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo, do quilombo do Sagrado Coração de Jesus do Lago da Serpa em Itacoatiara, sendo estes o coordenador pedagógico e dois professores.

Nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação dos municípios de Barreirinha e Novo Airão, as escolas quilombolas recebem alunos da educação infantil, ensino fundamental I e fundamental II, e as escolas do quilombo do distrito de Santa Tereza do Matupiri e do Jaú Tambor oferecem a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por sua vez, a Secretaria Municipal de Educação de Itacoatiara informou que, na escola do Engenheiro Casseano Secundo, localizada no quilombo do Sagrado Coração de Jesus do Largo da Serpa, são disponibilizados apenas a educação infantil e o fundamental I.

Dos 433 alunos identificados nas escolas quilombolas do contexto amazônico nota-se que o maior quantitativo está na Escola Municipal São Pedro do quilombo do Andirá – Barreirinha, ou seja, 209 discentes. Há 51 alunos matriculados na Escola Municipal Jaú Tambor – Novo Airão; 50 na Escola Municipal Boa Fé – Barreirinha; 33 na Escola Municipal Santa Tereza – Barreirinha; 32 na Escola Engenheiro Casseano Secundo – Itacoatiara; e apenas 13 discentes na escola Municipal do Dídaco Sampaio – Barreirinha.

Segundo informações fornecidas pelas Secretarias Municipais de Educação, o currículo ofertado nas escolas quilombolas do Amazonas é o mesmo das escolas de ensino regular da cidade, quando este deveria ser específico para as escolas quilombolas, tendo em vista a necessidade de um currículo em interface com a identidade quilombola, o que tornaria o ensino mais rico e produtivo em seu principal campo de atuação: a sala de aula. “Sabe-se que muitos alunos, embora tenham seu direito de acesso a escola garantido, não têm seus modos de ser e aprender respeitados e valorizados da mesma forma” (Christofari; Freitas; Baptista, 2015, p. 1098).

Diante do exposto, faz-se necessário o reconhecimento das escolas quilombolas do Amazonas pelo poder público para que se possa, de fato, começar a pensar na construção e na implementação de um currículo específico para as escolas quilombolas, pois o processo de ensino-aprendizagem nas escolas dos quilombos deve dialogar com a identidade étnico-cultural do povo.

#### **4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

Antes de comentar sobre os desafios da educação quilombola no contexto amazônico, Diegues e Arruda (2000) esclarecem que é necessário possuir o entendimento de “sociedades tradicionais” para designar grupos culturalmente diferenciados de pessoas que historicamente, mais ou menos distantes, reproduzem seu modo de vida baseado em formas de cooperação social e formas específicas de relacionamento com a natureza, tradicionalmente caracterizadas por uma atitude sustentável em relação ao meio ambiente, podendo ser consideradas guardiãs da biodiversidade. Esse termo se refere tanto aos povos indígenas quanto aos setores da população do País que desenvolveram um modo de vida especial adaptado a nichos ecológicos específicos.

Nesse ínterim, no espaço dos quilombos, há a ausência de políticas públicas afirmativas e eficazes e a própria especificidade geográfica da região interfere diretamente na interação e no desenvolvimento do ensino, pois gera inúmeros desafios no campo pedagógico, tais como: a falta de vontade política, a fragmentação na formação inicial dos docentes, a ausência de estruturas físicas adequadas e a carência de materiais pedagógicos, tornando a atividade de ensino, que em sua essência já é complexa, ainda mais complexa. Por conseguinte:

A temática dos quilombos e dos lugares de memória dos afro-brasileiros na perspectiva dos estudos decoloniais, ambiciona que os alunos e alunas compreendam a diferença colonial imposta pela modernidade, como diferenças históricas construídas pelo projeto de poder colonial e não como diferenças de natureza como é estabelecido pela “versão eurocêntrica de modernidade”. Como opção teórica, o paradigma da decolonialidade articula-se com uma problematização necessária sobre o ensino de história local relacionado à temática dos quilombos e aos lugares de memória dos afro-brasileiros, de uma forma não eurocêntrica e de reconhecimento do ‘outro’, não como objeto, mas como sujeito capaz de construir processos identitários (Santos; Noronha, 2020, p. 7).

É nesse cenário marcado por especificidades geográfica e decolonial que as populações tradicionais quilombolas amazônicas vêm lutando não somente pelos seus direitos sobre suas terras, mas também pela construção de um currículo educacional que dialogue com a identidade quilombola, que, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012, artigo 34), deve ter um currículo que diga respeito:

[...] aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção da identidade.

Embora recentes as discussões em torno da Educação Escolar Quilombola na Amazônia, elas têm sido subsidiadas por reflexões acerca da construção de um “currículo histórico-cultural em interface com a realidade sociocultural dos quilombos da Amazônia” (Campos, 2015, p. 15), com o objetivo de firmar e de fortalecer a identidade e a cultura quilombola na nossa região, tendo em vista que:

A elaboração de uma proposta de material didático de EEQ não significa romper com os conhecimentos educacionais tradicionais, mas buscar incorporar a esses conhecimentos a dinâmica do cotidiano, o jogo simbólico da vida, o crescimento e aprimoramento que permeiam as comunidades quilombolas marcados na dimensão do desafio, da luta e do enfrentamento das dificuldades que se materializam em distintos graus nessas comunidades (Custódio; Foster, 2019, p. 208).

Muitos são os desafios pedagógicos que implicam a realização da atividade docente nas escolas dos quilombos, uma vez que o próprio processo educativo em nossa região sofre com a falta de vontade política, a fragmentação na formação inicial de professores, influenciando o desenvolvimento do trabalho pedagógico em sala de aula. Isso impede a efetivação de condições satisfatórias para a realização do processo de ensino-aprendizagem aos estudantes quilombolas, promovendo o diálogo entre o projeto decolonial e esses sujeitos, o que “propõe o combate a subalternização, combatendo na medida em que desoculta a colonialidade e legitima as suas produções culturais” (Campos; Souza, 2015, p. 37327).

A falta de vontade política pode ser identificada nos quilombos mais distantes dos municípios-sede, onde algumas escolas encontram-se em situação de abandono, não dispendo de estruturas físicas adequadas, energia elétrica, professores graduados e materiais pedagógicos básicos e necessários para um processo de ensino-aprendizagem satisfatório.

Os desafios em torno da Educação Escolar Quilombola no Amazonas advêm de vários fatores: I) a formação inicial que pouco tem considerado a realidade dos quilombos amazônicos; II) a forma como acontece a contratação de professores para atuarem nas escolas quilombolas, a qual não leva em conta a necessidade de colocar professores para trabalharem com seus respectivos níveis e disciplinas que sua formação inicial contempla. Tal situação apresenta-se como algo comum nos espaços do quilombo, o que constitui um obstáculo para um ensino sólido e de qualidade para os quilombolas.

Apesar de o Brasil atualmente dispor de “política de ações afirmativas, como a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História, Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de ensino e o sistema de cotas que já está em vigor em várias instituições acadêmicas de ensino” (Campos, 2015, p. 25), ainda não chegou de fato às escolas dos quilombos investigados.

Tal cenário nos faz pensar que a ausência de políticas públicas ainda é uma realidade presente nos quilombos do Amazonas, seja pela insuficiente formação continuada aos docentes, pela distância e pelo difícil acesso a algumas comunidades quilombolas, ou mesmo pela inexistência de Ensino Médio, Cursos Técnicos e Ensino Superior dentro do núcleo comunitário. Esse contexto leva muitos jovens quilombolas para urbes em busca da continuação de sua formação escolar, mas, como a vida na cidade requer enfrentar muitos desafios, muitos terminam com seu sonho de formação interrompido por não se adaptarem à vida longe da família, da comunidade, ou até mesmo pelo fato de não disporem de condições financeiras para se manterem na cidade.

Nas pesquisas realizadas, não foram encontrados registros de nenhum curso superior ofertado em universidades públicas ou privadas do Brasil, específico para quilombolas. Uma das formas de ingresso no curso superior é oferecida pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio do sistema de cotas. Por essa razão, podemos afirmar que políticas educacionais de formação de professores para atuarem em escolas quilombolas precisam ser pensadas. As escolas dos quilombos têm suas especificidades, precisam de profissionais especialistas nessa realidade cultural.

Das escolas investigadas é importante destacar que apenas na Escola Municipal do Jaú Tambor, em Novo Airão, é ofertado o Ensino Médio aos alunos quilombolas, por meio do

programa Ensino Mediado por Tecnologia da Secretaria de Educação e Desporto (Seduc), tendo atendido, no ano de 2019, 16 alunos, sendo 15 quilombolas e um ribeirinho.

Desse modo, as escolas vivenciam desafios no contexto amazônico, que passam pela construção de uma educação que reflita as diversidades culturais existentes em nossa região, as múltiplas faces dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, assim como o modo de vida em suas comunidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, identificamos o número de Comunidades Quilombolas do Contexto Amazônico, mais especificamente no território que corresponde ao Estado do Amazonas foram identificadas sete escolas quilombolas dentro do núcleo comunitário dos sete quilombos investigados e 433 alunos que se autodeclararam quilombolas.

Procuramos apontar os desafios vivenciados pelas populações quilombolas em busca da titulação e do reconhecimento social na Fundação Palmares, levando em consideração os aspectos referentes às condições de existência, os desafios ligados às lutas pelos seus direitos a uma educação que fortaleça a cultura e a identidade quilombola.

A educação desenvolvida na escola dos quilombos da Amazônia como um todo precisa ser profundamente repensada, pois não podemos deixar de ressaltar que o currículo das escolas quilombolas tem sido predominantemente influenciado pelo modelo urbanocêntrico, que desvaloriza o modo de vida e os saberes tradicionais quilombolas, reforçando a exclusão social.

É importante destacarmos a necessidade de trabalhar um currículo diferenciado nessas escolas específicas, mas isso não significa que a educação oferecida nas escolas do quilombo deve permanecer vinculada ao passado histórico e às marcas deixadas pela escravidão, significa buscar uma educação que reúna passado e presente, de forma a serem trabalhados os saberes tradicionais aliados à inserção social no presente.

Faz-se necessário reforçar as reflexões a respeito da formação inicial docente, pois é nesse processo que são construídos os fundamentos necessários ao desenvolvimento da atividade docente, haja vista que a grande maioria dos professores que atuam nas comunidades quilombolas é oriunda de outras etnias, e nem sempre conseguem aliar seu conhecimento

pedagógico com aquilo que é peculiar em cada povoado: fogão a lenha, casas de farinhas, arcos e flechas, memórias e identidades de cada povo.

Outrossim, deve-se explicitar que a educação tem papel determinante no desenvolvimento das populações tradicionais quilombolas, por isso é fundamental a implementação de políticas públicas duradouras, tendo em vista que a construção de uma Educação Escolar Quilombola na Amazônia tem como ponto de partida a disponibilidade de materiais pedagógicos e infraestrutura física adequada, assim como formação inicial aos professores que corresponda com a realidade amazônica; acompanhamento pedagógico pela Secretaria de Educação; e um currículo escolar que valorize os saberes, a história, a memória, a cultura e a identidade quilombolas.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) que concedeu bolsa de pesquisa para o desenvolvimento do estudo que incentivou a publicação deste trabalho. Artigo publicado com apoio da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

## REFERÊNCIAS

Brasil. **Resolução CNE/CEB n.º 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category\\_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 15 jul. 2023.

Campos, Laís Rodrigues. Educação escolar quilombola na Amazônia paraense e o currículo escolar histórico-cultural. **Revista Marupíira**, v. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/marupiira/issue/view/90>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Campos, Louise Rodrigues; Souza, Sullivan Ferreira de. Educação quilombola e decolonialidade: um diálogo intercultural. In: XII Congresso Nacional de Educação: Formação de Professores, Complexidade de Trabalho Docente, 2015. **Anais...** 26 a 29 out. 2015, Curitiba. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/extcal/event.php?event=119>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Christofari, Ana Carolina; Freitas, Cláudia Rodrigues de; Baptista, Claudio Roberto.

Medicalização dos modos de ser e aprender. **Educação e Realidade**, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, out./dez. 2015. Disponível em:

[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0100-31432015000401079&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-31432015000401079&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 jul. 2023.

Custódio, Elivaldo Serrão; Foster, Eugénia da Luz Silva. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 74, 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/62715>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Diegues, Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo Sérgio Vieira (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP: MMA, 2000.

Freitas, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1973.

Fundação Palmares. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 13 mar. 2020.

Godin, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

Lopes, Carla Joelma de Oliveira; Medeiros, Glaucia Rodrigues Nascimento; Soares, Lucélia dos Reis Santos. Quilombos contemporâneos na Amazônia: debates e contribuições geográficas. In: XI Encontro Nacional da Anpege, outubro 2015. **Anais...** Presidente Prudente, 2015.

Pinto, Renan Freitas. Amazônias: perspectivas para o século XXI. **Conferência pronunciada na abertura do II Encontro Norte da SBS**, Belém, set. 2010. Disponível em: <https://sbsnorte.blogspot.com/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Mapas – **Projeto Nova Cartógrafa Social da Amazônia Série: comunidades quilombolas certificadas no Amazonas**, out 2013. Disponível em:

<http://novacartografiasocial.com.br/mapas/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Queiroz, Márcia de Godoi. **Memórias de resistências, identidades em conflito e a prática educativa da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa na Comunidade Quilombola do Castainho em Pernambuco**. 237f. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2017.

Readler, Juliana. Quilombolas fundam coordenação no AM para defender os direitos das comunidades negras. **Acrítica.com.**, 23 set. 2022. Disponível em:

<https://www.acritica.com/amazonia/quilombolas-fundam-coordenac-o-no-am-para-defender-os-direitos-das-comunidades-negras-1.282094>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Sampaio, Patrícia Melo. **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Açai; CNPQ, 2011.

Santos, Hélio. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase,

1999. (Observatório da Cidadania, n. 3.)

Santos, Sandra Maisa dos; Noronha, Gilberto César de. Em busca de uma pedagogia decolonial para abordar a história e a memória das comunidades quilombolas do oeste de Minas Gerais. In: XI Encontro Nacional: Perspectivas do Ensino de História – Perspectivas Web 2020. **Anais...** Ponta Grossa: ABEH, 2020. Disponível em: [https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=429](https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=429). Acesso em: 15 jul. 2023.

Siqueira, João. **Tambor dos Pretos**: processos sociais e diferenciação étnica no Rio Jaú, Amazonas. Niterói: Eduff, 2017. (Antropologia e Ciência Política, 59.)

Soares, Edimara Gonçalves. Educação Escolar Quilombola: reafirmação de uma política afirmativa. In: Reunião Científica Regional da ANPEd, 24 a 27 de julho de 2016. **Anais...** Curitiba, Paraná, 2016. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes\\_teses/artigo\\_edimara\\_goncalves\\_soares.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/artigo_edimara_goncalves_soares.pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

---

**NOTA:**

<sup>1</sup> Somente 182 possuem o título definitivo de propriedade, conforme a Fundação Palmares (2020).

Recebido em: 18/06/2021

Aprovado em: 20/07/2023

Publicado em: 30/04/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.